

Rua Bernardo Guimarães, 2.731 - Bairro Santo Agostinho - CEP 30140085 - Belo Horizonte - MG - www.defensoria.mg.def.br

Ata

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2026

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, ÓRGÃO GERENCIADOR do Registro de Preços – Planejamento nº 148/2026, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, RESOLVE registrar os preços da(s) beneficiária(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, atendendo as condições estabelecidas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às determinações contidas na Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº. 48.779, de 23 de fevereiro de 2024 e as demais normas legais correlatas, em conformidades com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Órgão Gerenciador: Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Endereço: Rua dos Guajajaras, nº 1707, bairro Barro Preto, Belo Horizonte/MG. CEP: 30180-099

CNPJ/MF: 05.599.094/0001-80

Representante Legal: CAROLINE LOUREIRO GOULART TEIXEIRA

Madep 0500

Beneficiário do Lote 1: L3A Divisória e Forros Ltda - EPP

Endereço: Rua Francisco Julião, 158, Adeodato, Santa Luzia/MG - Cep 33.015-170

CNPJ: 10.867.329/0001-08

Representante Legal: Lucas Gonzaga Filho

CPF: 067.902.826-96

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto estabelecer as condições que disciplinarão o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais correlatos a divisórias para manutenção predial das unidades da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, sob a forma de entrega parcelada, mediante contrato ou documento equivalente, conforme especificações e condições previstas no edital e seus anexos, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Os valores a serem pagos aos beneficiários serão apurados de acordo com os preços unitários registrados nesta Ata de Registro de Preços:

Lote 1

ITEM	CÓDIGO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM NO CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	MARCA	QUANTIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA POR PEDIDO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
01	808750	PERFIL PARA DIVISÓRIAS - TIPO: BATENTE; MATERIA PRIMA: AÇO GALVANIZADO; COR: CINZA; MEDIDAS: 2,15 METROS; ESPESSURA: 35MM DE ESPESSURA;	01 UNIDADE		1000	10	R\$9,05	R\$9.050,00
02	808768	PERFIL PARA DIVISÓRIAS - TIPO: REQUADRO; MATERIA PRIMA: AÇO GALVANIZADO; COR: CINZA; MEDIDAS: 3,00 METROS; ESPESSURA: 35MM DE ESPESSURA;	01 UNIDADE		800	10	R\$7,22	R\$5.776,00
03	808741	PERFIL PARA DIVISÓRIAS - TIPO: BATENTE; MATERIA PRIMA: AÇO GALVANIZADO; COR: CINZA; MEDIDAS: 0,84 METROS; ESPESSURA: 35MM DE ESPESSURA;	01 UNIDADE		1000	10	R\$3,66	R\$3.660,00
04	1067940	PERFIL PARA DIVISÓRIAS - TIPO: GUIA ESTREIRA EM FORMA DE H; MATERIA PRIMA: AÇO NAVAL; COR: BRANCA; MEDIDAS: 3,00 METROS; ESPESSURA: PARA DIVISÓRIAS DE 35MM DE ESPESSURA;	01 UNIDADE		400	10	R\$12,89	R\$5.156,00

05	1067990	PERFIL PARA DIVISORIAS - TIPO: GUIA ESTREITA EM FORMA DE U; MATERIA PRIMA: ACO NAVAL; COR: BRANCA; MEDIDAS: 3,00 METROS; ESPESSURA: 35MM DE ESPESSURA;	01 UNIDADE		1000	10	R\$9,37	R\$9.370,00
06	1329286	PERFIL PARA DIVISORIAS - TIPO: BATENTE; MATERIA PRIMA: AÇO GALVANIZADO; COR: BRANCA; MEDIDAS: 0,85 M; ESPESSURA: 35MM	01 UNIDADE		500	10	R\$3,66	R\$1.830,00
07	1649590	FORRO PARA TETO - FIBRA MINERAL; 1250 X 625 X 13MM; BRANCO	CAIXA 12,00 UNIDADES		60	01	R\$393,03	R\$25.581,80
08	2031078	PERFIL PARA DIVISORIAS - TIPO: GUIA ESTREIRA EM FORMA DE H; MATERIA PRIMA: ACO NAVAL; COR: CINZA; MEDIDAS: 3,00 M; ESPESSURA: 35 MM;	01 UNIDADE		1000	10	R\$12,89	R\$12.890,00
09	2031124	PERFIL PARA DIVISORIAS - TIPO: REQUADRO; MATERIA PRIMA: ACO GALVANIZADO; COR: BRANCO; MEDIDAS: 3,00 M; ESPESSURA: 35 MM;	01 UNIDADE		800	10	R\$7,22	R\$5.776,00
10	2031159	CHAPA PARA PAINEIS - IDENTIFICACAO: CHAPA DE FIBRA DE MADEIRA COM MIOLO TIPO COLMEIA; MATERIA PRIMA: MADEIRA; COR: BRANCA; MEDIDAS (C X L X E): 2,10 METROS X 1,20 METROS X 35MM;	01 UNIDADE		1000	10	R\$144,10	R\$144.100,00

11	852597	PORTA DE DIVISORIA - COM MIOLO, TIPO COLMEIA; BRANCA; 2,10M ALTURA X 0,82M LARGURA X 35MM ESPESSURA	01 UNIDADE		400	10	R\$124,90	R\$49.960,00
12	1230069	PORTA DE DIVISORIA - COM MIOLO TIPO COLMEIA; CINZA; 2,10M(ALTURA) X 0,82CM(LARGURA) X 35MM(ESPESSURA)	01 UNIDADE		400	10	R\$124,90	R\$49.960,00
13	1409050	PERFIL PARA DIVISORIAS - TIPO: GUIA ESTREITA EM FORMA DE U; MATERIA PRIMA: ACO NAVAL; COR: CINZA; MEDIDAS: 03 METROS; ESPESSURA: 35MM;	01 UNIDADE		4000	10	R\$9,37	R\$37.480,00
14	1618385	PERFIL PARA DIVISORIAS - TIPO: BATENTE; MATERIA PRIMA: ACO; COR: BRANCA; MEDIDAS: 2,15M; ESPESSURA: 35MM DE ESPESSURA	01 UNIDADE		1000	10	R\$9,05	R\$9.050,00
15	1929330	PAINEL DIVISORIO - MATERIA-PRIMA: CHAPA DE FIBRA DE MADEIRA COM MIOLO TIPO COLMEIA; ESPESSURA: 35MM; TIPO: PAINEL; COR: CINZA; Comprimento 1,20m; Altura 2,10m	01 UNIDADE		2500	10	R\$144,10	R\$360.250,00
VALOR TOTAL DO LOTE 1:							R\$727.889,80	

2.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento ou prestação de serviços nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração Pública a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente motivada.

2.3. Os quantitativos registrados são estimados e representam as previsões da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais para as compras durante o prazo de vigência deste instrumento.

2.4. A listagem de fornecedores do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, através da Diretoria de Compras e Contratos.

CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços, conforme disposto no item 1.4.6. do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (UM) ano, contado a partir do primeiro dia subsequente à assinatura ou data de divulgação do PNCP, podendo ser prorrogado por igual período.

5.2. A ARP estará vigente até que se tenha consumido todo o quantitativo ou valor registrado ou até o termo final do prazo de sua validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

5.3. É admitida a prorrogação da ARP quando a proposta se mantiver vantajosa, e desde que:

5.3.1. A intenção da prorrogação seja manifestada no período de sua vigência;

5.3.2. O fornecedor manifeste sua concordância com a prorrogação;

5.3.3. A publicação de termo aditivo seja realizada nos moldes estabelecidos no art. 18 do Decreto nº 48.779, de 23/02/2024.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.1.4. Durante o prazo de vigência, os preços registrados poderão ser reajustados monetariamente com base no IPCA observado o interregno mínimo de 12 meses, contados, contados da data de apresentação da proposta vencedora, em 08/06/2026, conforme disposto nos arts. 92, §§ 2º e 3º da Lei nº 14.133/2021, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. A ARP poderá ser alterada quando houver necessidade de fornecimento de produto de marca ou modelo diferente daquele originalmente registrado, por motivo ou fato superveniente à licitação devidamente demonstrado pelo fornecedor e, desde que o produto possua, comprovadamente, desempenho ou qualidade igual ou superior ao inicialmente registrado, sendo vedado o aumento do preço registrado.

6.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do preço registrado, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ARP para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 33 do Decreto nº 48.779, de 23/02/2024.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor solicitar ao órgão ou à entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, e o fornecedor continuará obrigado a cumprir as obrigações estabelecidas na ARP, sob pena de cancelamento do seu registro e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei.

7.2.3. Na hipótese do cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o órgão ou a entidade gerenciadora deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do preço registrado, item 9.2, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação do disposto no item 7.2, o órgão ou entidade gerenciadora procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ARP sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 33 do Decreto nº 48.779, de 23/02/2024.

CLÁUSULA OITAVA - DO REMANEJAMENTO

8.1. Não se aplica.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR DA ARP E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ARP sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração Pública, sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 24 do Decreto nº 48.779, de 23/02/2024; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ARP, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.5. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.1.6. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que

compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, em determinada ARP, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.2.1. Por razão de interesse público;

9.2.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.2.3. Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 23 e no § 4º do art. 24, ambos do Decreto n.º 48.779, de 23/02/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

10.1. A contratação com os fornecedores com preços registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.1. Os instrumentos de que trata o item anterior serão assinados, aceitos ou retirados no prazo de validade da ata de registro de preços.

10.2. Os contratos decorrentes do SRP poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. As penalidades a serem aplicadas por descumprimento do pactuado na ARP e em relação às obrigações contratuais estão estabelecidas Termo de Referência.

11.2. É da competência órgão ou à entidade gerenciadora aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP, em relação a sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;

11.2.1. Na hipótese de compras estaduais ou centralizadas, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá centralizar a aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP para todos os participantes.

11.3. É da competência órgão ou à entidade participante do registro de preços aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP, em relação a sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Ficam vinculados a esta Ata, independente de transcrição, o Termo de Referência e o edital de licitação, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

12.2. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no EDITAL e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, do Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

13.2. Por estarem justas e acertadas, firmam os partícipes o presente instrumento, em meio eletrônico, por meio do Sistema Eletrônico de Informações de Minas Gerais.

CAROLINE LOUREIRO GOULART TEIXEIRA

DEFENSORA PÚBLICA-GERAL

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

LUCAS GONZAGA FILHO

L3A DIVIDÓRIA E FORROS LTDA - EPP



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS GONZAGA FILHO**, **Usuário Externo**, em 30/06/2026, às 18:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Loureiro Goulart Teixeira**, **Defensora Pública-Geral**, em 01/07/2026, às 16:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://defensoria.mg.def.br/portal-sei> informando o código verificador **0849634** e o código CRC **6AD3A50F**.